



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA DE VEREADORES DE BENTO GONÇALVES

DIRETORIA GERAL

P R O T O C O L O

P R O C E S S O N.º



INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE ESTEIO

LOCALIDADE: Esteio

ASSUNTO: Solicita manifestação sobre liberação dos cassinos e jogo
de bicho.

INICIADO EM: 25 de janeiro de 1984

ARQUIVADO EM: 11 de maio de 1984

COMISSÃO DE: ESPECIAL

VISTO

Antônio
Encarregado do Protocolo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA DE VEREADORES DE ESTEIO

Ofc. circ. nº 09/83

Esteio, 27 de dezembro de 1983.

CÂMARA MUNICIPAL
DE BENTO GONÇALVES

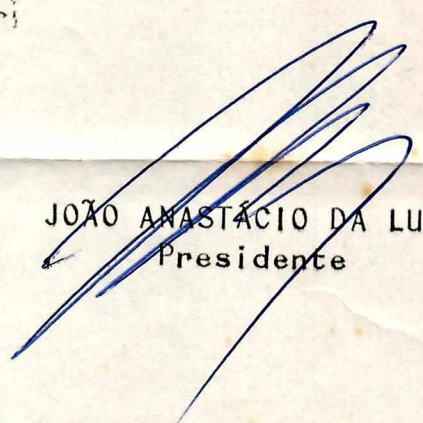
00005/84
PROTOCOLO

Senhor Presidente,

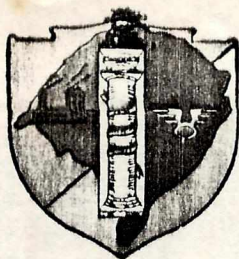
A Câmara de Vereadores de Esteio, a provou em Sessão Ordinária do dia 19 de dezembro último, proposição do ilustre Vereador Antonio Volter Prestes, a qual enviamos em anexo, solicitando que esta co-irmã manifeste-se a respeito da matéria.

Sendo o que se apresenta para o momento, reiteramos nossos protestos de apreço e consideração.


NERI DIAS DE SOUZA
Secretário


JOÃO ANASTÁCIO DA LUZ
Presidente

Exmo. Sr. Presidente
Câmara Municipal
Bento Gonçalves - RS



fl. 2

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA DE VEREADORES DE ESTEIO

Senhor Presidente

Senhores Vereadores,

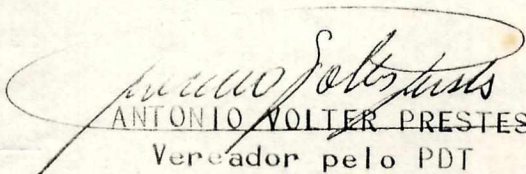
O VEREADOR abaixo assinado, membro do PDT requer, preenchidas as formalidades regimentais, que seja oficiado a todas as Câmaras Municipais do Rio Grande do Sul, solicitando um posicionamento das Casas Legislativas, com relação a liberação dos cassinos e jogo de bicho, determinando-se destinação de parte do arrecadado para creches, asilos e orfanatos.

JUSTIFICATIVA:

Tal medida virá incrementar o turismo, trazendo divisas para nosso país.

Além disso, beneficiará as instituições de caridade, que lutam com dificuldades para manter as crianças órfãs.

Sala das Sessões, em 19 de dezembro de 1983.


ANTONIO VOLTIER PRESTES

Vereador pelo PDT



COMISSÃO ESPECIAL

O Presidente da Câmara de Vereadores, no uso de suas atribuições, resolve nomear Comissão Especial para dar parecer sobre a liberação dos cassinos e jogo de bicho, indicação do Vereador ANTÔNIO VOLTER PRESTES da Câmara de Esteio, composta dos seguintes Vereadores:

VER. OLMES FÉRTIL

VER. VICTORIANO RIBEIRO ANTUNES

VER. PAULO GUILLAMELAV

Sob a presidência do 1º Vereador, a Comissão terá o prazo de 15 dias para apresentar parecer.

SALA DAS SESSÕES, 05/04/84.

afonso
Vereador DR. OLINTO DE ROSSI
Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESPACHO

Em 26.../04.../84

Ilmo. Sr.

Vereador OLINTO DE ROSSI

DD. Presidente da Câmara de Vereadores

NESTA

CONCEDA-SE O PRAZO

REQUERIDA

Vereador OLINTO DE ROSSI
Presidente

Vereador Olmes Pertile, abaixo firma do, Presidente da Comissão Especial designada para relatar o Processo nº 005/84 - que solicita manifestação sobre liberação dos cassinos e do jogo do bicho, vem mui repetidamente à presença de Vossa Senhoria, requerer prorrogação de prazo por mais 15 (quinze) dias, a contar desta data.

NESTES TERMOS

P. DEFERIMENTO

Sala das Sessões, 26 de abril de 1984.


Vereador OLMES PERTILE
Presidente



CÂMARA DE VEREADORES DE BENTO GONÇALVES

INFORMAÇÕES E PARECERES

APROVADO

VOTAÇÃO: Fls. n.º 100 100

Proc. n.º NIMIDADE

SALA DAS SESSÕES, 10 / 05 / 84.
DATA

PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL SOBRE

LIBERAÇÃO DOS CASSINOS E JOGO DO

BICHO

Vereador

Presidente

Os Vereadores abaixo-firmados, designados pela Presidência deste Legislativo para exarar competente parecer sobre a liberação dos cassinos e jogo do bicho, vem a este plenário tecer as seguintes considerações:

Considerando que legalizar o jogo do bicho seria simples confirmação ao já existente, porque nunca houve, no Brasil, uma clandestinidade tão aberta e tão consentida e tão exercida;

Considerando que a lei que proíbe o jogo do bicho e os cassinos é de 1946, do Governo Eurico Gaspar Dutra e que o próprio Governo Federal, durante os governos Médici e Geisel legitimaram, respectivamente, a Loteria Esportiva e a Loteria de Números (Loto);

Considerando a opinião do Secretário do Interior e Justiça do Estado de Minas Gerais: "A legalização do jogo do bicho é mais do que justa, pois o bicho é um jogo como qualquer outro e se encarregará de tirar da ilegalidade setores verdadeiramente produtivos e que poderiam estar contribuindo para o bem-estar de nossas comunidades.";

Considerando a posição do Ministro de Previdência e Assistência Social, Jarbas Passarinho de que "Os cofres públicos e previdenciários serão engordados em quase 120 bilhões de cruzeiros anuais provenientes da arrecadação de 10% das apostas e que, o jogo do bicho, que é uma instituição brasileira desde a época do Império e deve ser legalizada para que os recursos sejam canalizados para a Previdência Social.";

Considerando a posição do Governo Federal de que este não tomará nenhuma medida para a legalização do jogo do bicho no país, mas acatará a alteração na Lei nº 9.215, que considera a prática uma contravenção penal, caso o Congresso vote um projeto que torne o jogo do bicho legal, assim como a LOTERIA ESPORTIVA e a LOTO.

Considerando a mobilização em 1983 de todos os Secretários Estaduais no sentido da legalização do jogo do bicho e sua retirada do elenco de delitos da lei de Contravenções, com o argumento de que o jogo do bicho, apesar de ilegal é jogado em quase todas as cidades brasileiras, possui tradição secular,



INFORMAÇÕES E PARECERES

e, não raro, conta com a proteção da própria Polícia Militar;

Considerando ainda a opinião do Chefe de Polícia de Porto Alegre, Del. Antônio Diniz de que "É preciso / legalizar o jogo do bicho pois esta é a única forma de evitar que os banqueiros continuem a arrecadar milhões de cruzeiros a cada semana, a usar o serviço de milhares de pessoas sem / contribuir com nada para os cofres públicos, sem pagar Imposto de Renda e sem oferecer qualquer tipo de garantia e assistência aos arrecadores que fazem o serviço junto aos apostadores." ;

Considerando também a opinião do Prefeito de Capão da Canoa, Sr. Egon Birlem- " Que no momento em que recebermos a autorização dos hotéis-cassino no município, vou / tentar com a Câmara de Vereadores abrir mão de todos os recursos estaduais e federais a que temos direito em favor dos municípios que não foram beneficiados pela medida, pois temos certeza de que com os recursos dos jogos, a economia do município dará um grande salto em muito pouco tempo; e de acordo com o projeto de legalização dos hotéis-cassino que está sendo elaborado, o município reterá 40% dos recursos arrecadados dos tributos dos jogos, o que dará uma grande tranquilidade e a certeza de que os recursos poderão ser aplicados no setor / do município mais necessitado, pois não irão a Brasília para depois retornarem ao município.";

E, finalmente considerando a opinião do vereador Jaques Machado, do PDS de Porto Alegre, que afirma- " Não queremos acabar com o jogo do bicho, que é uma instituição nacional. Só não achamos justo que enquanto as indústrias, o comércio e a população em geral pagam impostos e taxas, os banqueiros não contribuam com nada do que ganham.";

Chegamos à opinião de que os jogos de bicho e cassinos devam ser legalizados e controlados diretamente / pelos municípios, sem a intervenção do Governo Federal.

Que os recursos auferidos sejam aplicados diretamente nos municípios, em suas áreas mais necessitadas, bem como a parte tocante a União seja aplicada na educação e assis



INFORMAÇÕES E PARECERES

tência ao menor.

A transferência desses recursos para a Assistência ao menor deve ser considerada como ponto básico para a / legalização, tanto do jogo do bicho como dos cassinos.

SALA FERNANDO FERRARI, 10 de maio de 1984.

Gentile

VEREADOR OLMES PERTILE
PRESIDENTE

[Signature]

VEREADOR VICTORIANO RIBEIRO ANTUNES
MEMBRO

[Signature]

VEREADOR PAULO GUILAMELLAU
MEMBRO

Previdência Social sai atrás do jogo do bicho

Rivadávia de Souza

Pode-se dizer que o ex-senador Jarbas Passarinho é o segundo ministro de Estado a ventilar a possibilidade de legalização do jogo do bicho no Brasil: o primeiro foi o da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, que andou ensaiando colocar a prática da tradicional fezinha em condições de livrar-se do ilícito penal.

Na realidade, todos nós sabemos: legalizar seria simples confirmação do já existente, porque nunca houve, no Brasil, uma clandestinidade tão aberta, tão consentida e tão exercitada como essa que se pretende admitir oficialmente, dando-lhe foros de reconhecimento, nos moldes do direito consuetudinário.

As voltas com os frequentes rombos no orçamento de sua pasta, que se beneficia apenas das contribuições compulsórias dos assalariados, o titular da Previdência Social vem sofrendo na própria carne o descalabro de suas finanças, seja pela corrupção, pela negligência ou pelos débitos que não são resgatados. Não dispõe sequer de recursos para implementar a cobrança judicial das empresas devedoras ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, no montante de cem bilhões de cruzeiros, e por isso entregou o pleito ao BNH, que dentro de 90 dias deverá entrar em juízo para forçar a regularização do pesado contencioso.

Romancista bissexto, o autor de "Terra Encharcada" fez parte daquela legião que engrossou a literatura Norte-Nordeste de Pós-30, e sua trama, dos longes da juventude reivindicatória, não se afina com a ortodoxia dos homens de 64.

Mas ele retoma seu realismo ao dizer que seria hipócrita negar a existência do jogo do bicho, mesmo debaixo do nariz e diante dos olhos das mais altas autoridades da República.

No seu e nos outros ministérios, como nas portarias dos palácios presidenciais, nos corredores

do Palácio do Congresso, nos vestibulos dos tribunais superiores, nos desvãos das repartições policiais, civis ou militares, estaduais ou federais, os cambistas zoológicos desfilam livremente.

O que o ministro pleiteia, agora, é deixar a hipocrisia de lado e enfrentar o problema tal como se encontra, mas permitindo a retirada dos agentes clandestinos e substituindo-os por representantes do fisco.

Suas pretensões podem ser consideradas modestas: quer simplesmente a módica fatia de 10% sobre a arrecadação bruta, com o que os cofres da Previdência poderiam receber algo capaz de aliviar, em parte, as angústias do orçamento de despesas.

Algumas áreas conservadoras da sociedade contestam a legitimidade da reivindicação, alegando que não se deve apelar para o vício, estimulante da ociosidade, quando o certo seria recorrer ao trabalho e ao esforço comum em busca de soluções duradouras.

A tese, além de legítima, será defensável por todas as pessoas de bom senso.

Acontece, porém, que o Governo legitimou a antítese, principalmente os governos da chamada Revolução de Março: o presidente Médici criou a Loteria Esportiva, com a sua conhecida paixão pelo futebol, gremista aqui, rubro-negro no Rio.

Seu sucessor Ernesto Geisel, varão de austeridade proclamada, deu-nos a loteria de números, com o que se completou a dupla da Loteca e da Lotô.

Nos clubes, mesmo os mais restritos, onde só entram os bacanaços do soçalte, o carteadado prolifera, no meio do tilintar de fichas. E apesar desse preconceito discriminatório, o jogo do bicho resiste e impera fazendo a fortuna de alguns poucos e a glória da Portela, do Império Serrano ou da Beija-Flor.





Para Passarinho, só jogo do bicho não salva MPAS

JOÃO PESSOA (CP) — O ministro da Previdência e Assistência Social, Jarbas Passarinho, disse ontem em entrevista que se sente inibido a prosseguir com seu intento de legalização do jogo do bicho, diante da resposta do presidente João Figueiredo, a quem levou o assunto.

— Isso me inibe, porque o presidente declara que, como Executivo, não toma a iniciativa. Ele é o presidente e eu sou o seu ministro. Ele acha que a lei considera a coisa contravenção penal e ele não tomará a iniciativa de mudá-la. Se o Congresso quiser mudar, esse é um problema do Congresso. Agora, a palavra está com o Congresso — disse o Ministro.

Jarbas Passarinho não considera a legalização do jogo do bicho a única solução para salvar o Sistema Previdenciário, porque, explicou, “nenhuma solução sozinha resolve o problema”.

TESE OPORTUNA

Em Belo Horizonte, a tese da legalização de jogo do bicho, proposta pelo ministro Passarinho, foi apoiada também pelo secretário do Interior e Justiça de Minas, Sílvio Abreu. Para ele, “a tese é oportuna, uma necessidade que já vem de longa data, quando setores inclusive vinculados ao governo Federal, movimentam-se nessa direção”. O secretário acha que

“Minas deve se manifestar, principalmente através de sua Secretaria”. Entende que é uma necessidade a legalização agora pretendida “que já há muito estávamos a defendê-la, no momento em que todo o País se submete a todos os tipos de jogos, os mais diversos possíveis, implantados e estabelecidos pelo próprio Governo”.

Para Sílvio Abreu, “a legalização do jogo do bicho é mais do que justa, pois o bicho é um jogo como outro qualquer e se encarregará de tirar da ilegalidade setores verdadeiramente produtivos e que poderiam estar contribuindo para o bem-estar de nossas comunidades”.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



Iniciativa para legalizar Jogo do Bicho deve partir do Congresso

O ministro da Previdência Social disse, ontem, em João Pessoa, que caberá, agora, ao Congresso, tomar a iniciativa para a legalização do jogo do bicho e anunciou que já foi procurado pelo deputado Siqueira Campos (PDS-GO) que estimou em 90 por cento as possibilidades de a meta ser atingida na Câmara Federal. O sr. Jarbas Passarinho observou que, depois da audiência com o presidente Figueiredo que se posicionou contra sua pretensão, "por uma questão de ética" não comandará uma campanha em favor da legalização do jogo do bicho, mas ironizou: "Joga-se em todos os locais, porém todo mundo finge que o jogo não existe. O pessoal que é contra utiliza a política do avestruz: coloca a cabeça embaixo das asas e faz que não vê".

O ministro da Previdência Social contou que todas as manhãs, entre 7 e 9 horas, reúne-se com assessores para "conspirar" a fim de encontrar formulas que levem à redução do déficit da Previdência e "nesta conspiração chegamos ao jogo do bicho, que é um imenso campo de corrupção passiva e ativa".

Ele lembrou que o jogo do bicho é uma instituição brasileira desde a época do Império e deve ser legalizada para que os recursos sejam canalizados para a Previdência. Posicionou-se contra a oficialização do jogo do bicho por entender que os atuais detentores de "pontos" devem continuar exercendo sua atividade.

A ofensiva que o deputado Siqueira Campos se propõe a desfechar no Congresso só terá o apoio público do ministro Passarinho a partir do momento em que o jogo deixar de ser encarado como contravenção. Ele se considera

"inibido", no momento, em dar continuidade a sua luta, mas frisa que não se pode dar ao "luxo" de ser puritano.

"Com frequência — disse — vemos pela televisão os bicheiros serem entrevistados, falam-se não contra ou a favor da legalização e nada acontece a eles, mesmo sabendo-se que, diante da lei, são considerados contraventores. O melhor caminho, pois, é partir para a legalização, já que os recursos que o jogo gera seriam canalizados para a Previdência".

"No momento, só trato de questões da Previdência". As-

sim reagiu o ministro Jarbas Passarinho ao ser indagado de como se sentia ao ter seu nome incluído na lista de possíveis candidatos de conciliação à Presidência da República. "A especulação é natural", disse o ministro.

E revelou que ainda não se decidiu por nenhum os presidenciáveis que se encontram em campanha. Jarbas Passarinho — garantiu — tem compromisso com o presidente Figueiredo e votará no candidato que ele indicar. "Se o presidente nos liberar, então reunirei meus companheiros do Pará para uma definição".

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



ZERO HORA — Domingo, 19.02.84 — PÁGINA 16

Jarbas Passarinho não contará com o apoio do Ministério da Justiça para aprovar seu projeto de legalização do jogo do bicho. Assessores de Abi-Ackel lembram que proposta igual encaminhada ao Ministro no ano passado acabou arquivada.

Ministro Abi-Ackel é contra legalização do jogo do bicho

Arquivo/ZH



Abi-Ackel: "Bicho" é inviável

A proposta do ministro Jarbas Passarinho, da Previdência Social, de legalizar o jogo do bicho, como forma de aumentar os recursos do sistema previdenciário, foi descartada ontem pelos assessores do ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, por já existir uma opinião formada sobre o assunto, que praticamente inviabiliza a idéia.

Estes assessores, que não quiseram se identificar porque o tema ainda não foi tratado entre os dois ministros, lembraram a rejeição, em junho do ano passado, de um documento preparado pelos secretários de Segurança Pública de todos os Estados — "à exceção do secretário do Espírito Santo, Dirceu Cardoso — reivindicando a legalização do jogo e a sua retirada do elenco de delitos da Lei de Contravenções Penais.

Abi-Ackel, apesar de ter mantido um encontro em separado com os secretários para tratar exclusivamente do assunto, resolveu engavetar o documento, cujos principais articuladores foram o

ex-secretário de Segurança de São Paulo, Miguel Reale Júnior, e o secretário de Justiça do Rio, Vivaldo Barbosa.

Os argumentos dos secretários, por sinal, em nada diferem das justificativas de Jarbas Passarinho: o jogo do bicho, apesar de ilegal, é jogado abertamente em quase todas as cidades brasileiras, possui uma tradição secular, e, não raro, conta com a proteção da própria Polícia Militar. Na época, os secretários, em abaixo-assinado, advertiram ainda o ministro Abi-Ackel do risco que a ilegalidade do jogo oferece à Segurança Pública, considerando incontrolável que ao lado das casas de jogo surjam outros tipos de delitos, como contrabando de armas e tóxicos.

Mesmo assim, Abi-Ackel não concordou, e segundo lembrou seu porta-voz, Oyana Teles, pelo menos neste governo "é impossível admitir que o jogo do bicho, assim como o cassino, sejam legalizados". No entanto, como Passarinho prometeu levar a sua proposta ao presidente Figueiredo segunda-feira.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

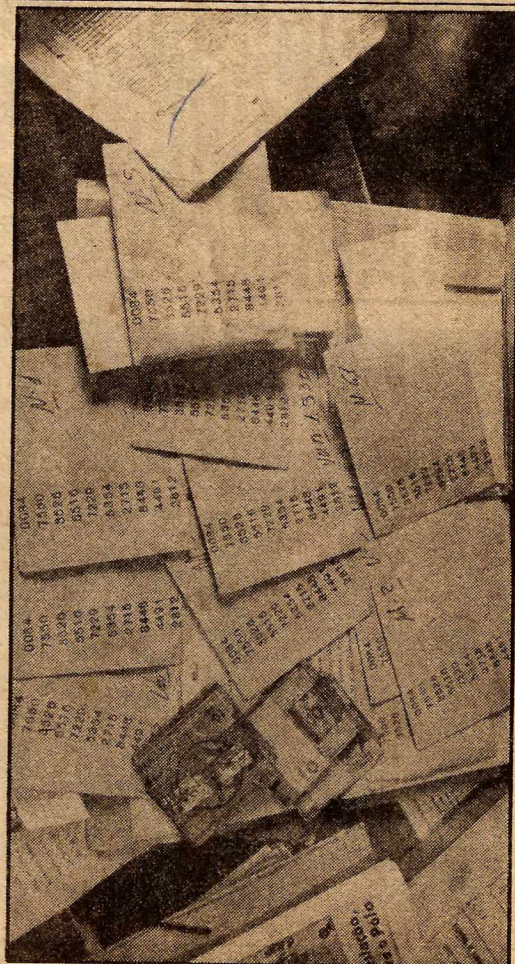
Passarinho levará sugestão ao Presidente da República

Legalização do jogo do bicho proposta hoje a Figueiredo

O ministro da Previdência e Assistência Social, Jarbas Passarinho, informou que apresentará hoje, às 17h30min, ao presidente João Figueiredo, a sugestão de oficializar o "jogo do bicho" em todo o país.

Segundo Passarinho, caso seja aprovado pelo chefe do governo, o "jogo do bicho" engordará os cofres da Previdência Social, a preços atuais, em quase Cr\$ 120 bilhões anuais provenientes da arrecadação de 10% das apostas.

Para Passarinho, a arrecadação não resolverá os problemas financeiros da Previdência Social, mas, "juntando cada tostão nos diversos setores de arrecadação, chegaremos a um número satisfatório". Além disso, prosseguiu, "os cofres previdenciários receberão ainda os recursos



Jogo, a saída para a Previdência?

provenientes dos descontos dos trabalhadores que passarão a descontar um percentual caso o jogo seja

realmente oficializado". Informou, também, que desde a última sexta-feira, quando anunciou a inter-

ção de solicitar ao presidente da República a legalização do "jogo do bicho", inúmeras cartas, telegra-

mas e telefonemas, de várias partes do país, têm chegado ao prédio do Ministério dando "apoio irrestrito" à medida.

PREVRURAL

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado, Ezídio Pinheiro, afirmou ontem que a entidade não está satisfeita com o Programa de Previdência Rural (Prevrural), proposto pelo Ministério da Previdência Social. Os representantes de mais de 50 sindicatos do setor, reunidos ontem na Fetag, manifestaram discordância em relação a três artigos do Prevrural: a carência de 10 anos para o pagamento de aposentadoria aos segurados; a não inclusão no projeto de um salário-natalidade e do salário-família; e o salário-funeral reduzido.





Jogo do bicho: decisão fica com Congresso

O Poder Executivo não tomará nenhuma iniciativa para a legalização do "Jogo do Bicho" no País mas acatará a alteração a lei existente, que considera a prática uma contravenção penal, caso o Congresso vote um projeto que o torne legal, assim como a Loteria Esportiva e a Loto.

A afirmação foi feita ontem pelo ministro da Previdência e Assistência Social, Jarbas Passarinho, ao sair da audiência com o presidente João Figueiredo onde esteve para relatar a recente viagem a União Soviética e consultar sobre a possibilidade do Palácio do Planalto aprovar a legalização do "Jogo do Bicho".

Segundo Jarbas Passarinho, a decisão tomada pelo Presidente da República não significa um sinal verde para a Previdência Social lutar junto ao Congresso para a aprovação da alteração. No entanto, permite que o Ministro da pasta possa consultar os membros do Congresso sobre a viabilidade da legalização.

Lembrou Passarinho que antes de se deslocar para o Palácio do Planalto recebeu um telefonema do deputado Siqueira Campos (PDS-GO) enaltecendo a idéia de legalizar o "Jogo do Bicho" no País visando ajudar os cofres da Previdência Social e ao mesmo tempo "se colocou a inteira disposição para apresentar um projeto na Câmara a favor da alteração da legislação vigente".

O novo secretário da Justiça do Estado, deputado Jarbas Lima, é favorável à legalização do Jogo do Bicho no Brasil, por considerá-lo um hábito do povo, e que se transformou num fato social. "É mais fácil adaptar a legislação à nova realidade do que mudar um hábito popular".

Para Jarbas Lima, a intenção do ministro Jarbas Passarinho em legalizar o Jogo do Bicho visando a uma nova fonte de arrecadação é muito boa, pois a Previdência Social "está falida mesmo e todo mundo sabe disso. Há muito tempo o jogo deveria ter sido legalizado".

nacional

Governo não enviará ao Congresso projeto legalizando jogo do bicho

Decisão foi tomada durante audiência que o presidente João Figueiredo concedeu ao ministro Jarbas Passarinho.

definida ontem pelo próprio presidente Figueiredo, em audiência que concedeu ao Ministro da Previdência, Jarbas Passarinho.

No final da tarde, o porta-voz da Presidência, Carlos Átila, reafirmou a posição de neutralidade do Governo. "O Presidente não vetou, nem estimulou a idéia. Portanto, a questão fica em aberto", esclareceu Carlos Átila.

O Governo não tomará a iniciativa de enviar ao Congresso projeto propondo a legalização do jogo do bicho, mas também não vetará uma proposta que seja aprovada por iniciativa do Legislativo. Essa posição foi

Na entrevista que concedeu ao deixar o Palácio do Planalto, o ministro Jarbas Passarinho, disse que não prosseguirá os contatos visando à legalização do jogo do bicho.

"Como homem de governo, devo acatar a posição do Executivo. Os ministros, como todos sabem, são nomeados em português e demitidos em Latim ('ad nutum'). Por isso, devem seguir a orientação do Presidente", desabafou Passarinho, não escondendo um

certo desalento com a falta de estímulo do Presidente à sua proposta com vistas a minorar o déficit da Previdência.

Nos dez minutos de audiência com o Presidente da República, o Ministro da Previdência fez um relato de sua recente viagem a Moscou representando o Brasil nos funerais de Yuri Andropov e aproveitou para pedir a opinião de Figueiredo sobre o projeto de legalização do jogo do bicho.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL





Figueiredo considera jogo do bicho ilegal

BRASILIA (Sucursal) — O Poder Executivo não tomará nenhuma iniciativa para a legalização do "jogo do bicho" no País, mas acatará a alteração na Lei existente, que considera a prática uma contravenção penal, caso o Congresso vote um projeto que torne o "jogo do bicho" legal, assim como a Loteria Esportiva e a Loteria de Números.

A afirmação foi feita ontem pelo ministro da Previdência e Assistência Social, Jarbas Passarinho, ao sair da audiência com o presidente João Figueiredo, onde esteve para relatar a recente viagem à União Soviética e consultar sobre a possibilidade do Palácio do Planalto aprovar a legalização do "jogo do bicho".

Segundo Jarbas Passari-

nho, a decisão tomada pelo Presidente da República não significa um sinal verde para a Previdência Social lutar junto ao Congresso para a aprovação da alteração. No entanto, permite que o Ministro da Pasta possa consultar os membros do Congresso sobre a viabilidade da legalização.

Lembrou Passarinho que

antes de se deslocar para o Palácio do Planalto recebeu um telefonema do deputado Siqueira Campos (PDS-GO), enaltecendo a idéia de legalizar o "jogo do bicho" no País, visando ajudar os cofres da Previdência Social e ao mesmo tempo "se colocou a inteira disposição para apresentar um projeto na Câmara a favor da alteração da legislação vigente".

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



Bicho legal

Depois de constatar que a Previdência Social no Brasil está praticamente falida, nossas autoridades tiveram a peregrina idéia de legalizar o jogo do bicho. Isto, argumentam os autores da idéia, proporcionará à Previdência Social 120 bilhões de cruzeiros por ano, com que a instituição estará salva. A idéia é cobrar 10% sobre a renda bruta das apostas, sem falar na contribuição previdenciária obrigatória que pagarão os contraventores e seus assalariados.

Quando todos estes recursos estiverem gastos, pois não é de supor que os executores da despesa previdenciária venham a ser mais respeitosos em relação ao dinheiro dos "corretores da fauna", como dizem os cariocas, do que o são com o dinheiro dos trabalhadores regulares, precisará a Previdência descobrir novas fontes de renda. O lenocínio? O tóxico? Não está previsto também como farão com que os banqueiros de bicho concordem em pagar dez por cento sobre o valor das apostas, se a proteção que eles compram hoje custa muito menos. Ameaçá-los com o braço da Lei? Eles não o temem agora, não irão temê-lo no futuro. Enfim, o remédio para a Previdência no Brasil está em administrar bem os recursos do povo, não em inventar novas fontes de renda, abstrusas como esta.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL